



# Anais da Assembléia

N.º 47

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE MAIO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1983

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Gernote Kirinus e Ervin Bonkoski.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Anibal Khury, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Fiori Luiz, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiati, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte (26); achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Anibelli, Augusto Carneiro, Caio Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Mário Pereira, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Wilson Fortes (32).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO N.º 36/83

Curitiba, 02 de maio de 1983.

Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a elevada honra de dirigir-me à presença de Vossa Excelência, com a especial finalidade de solicitar vossos valiosos préstimos no sentido de conceder-me 30 (trinta) dias de licença para tratar de assuntos relativos à minha saúde.

Esperando poder contar com Vossa Excelência, para com o acima exposto, antecipo meus agradecimentos.

(a) WILSON FORTES

Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER um voto de congratulações ao Sindicato das Enfermeiras de Casas Hospitalares de Curitiba, pelo transcurso do "Dia da Enfermeira", classe que tem prestado sua importante ajuda para a melhoria das condições de saúde da população.

Requer, outrossim, após decisão do plenário, dê-se ciência ao Sindicato das Enfermeiras de Casas Hospitalares de Curitiba.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1983.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, apelo no sentido de que, com a urgência possível, sejam determinadas providências visando a construção de uma estrada vicinal entre Lunardelli e o Distrito de Godoy Moreira, estrada intermunicipal.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO

## JUSTIFICATIVA:

Uma das solicitações mais freqüentes e angustiadas da população do Vale do Ivaí, é a construção de Vias de Comunicação que permitam, durante todo o ano a circulação de veículos e o conseqüente escoamento das safras.

Em nosso País, eminentemente agrícola e de dimensões continentais, o aumento da produtividade agropecuária deixaria de ter qualquer sentido se não possibilitarmos aos produtores um acesso fácil e contínuo aos mercados consumidores. É exatamente este o problema da operosa população do Vale do Ivaí, que este Deputado tem a honra de representar, e para o qual pede do Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, com o indispensável apoio desta Casa, a maior atenção.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, voto de congratulações do dinâmico povo de Turvo, pelo transcurso do 1.º aniversário da lei de sua emancipação política.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Prefeito Municipal e a Presidência da Câmara de Vereadores do Município.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deputado Deni Schwartz, consubstanciado em apelo no sentido de serem determinadas providências daquela Pasta para:

1 — Construção do acesso à cidade de São João do Ivaí, ligando a estrada para Lunardelli;

2 — Construção do Terminal Rodoviário de São João do Ivaí;

3 — Construção do acesso à cidade de Marumbi, ligando a estrada de Kaloré.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO

## JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz em razão da reivindicação das populações da região do Vale do Ivaí, visando providências para

melhorar as vias de acesso e assim facilitar o transporte das safras agrícolas produzidas naquela região rica de nosso Estado.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, apelo no sentido de que sejam envidados estudos no sentido de estabelecer convênio entre a Secretaria de Estado de Segurança, através do DETRAN e o Hospital Regional do Vale do Ivaí, com sede em Jandaia do Sul, para a realização dos exames psicotécnicos.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO

## JUSTIFICATIVA:

A exemplo do que é feito em Maringá e Londrina, onde foram estabelecidos convênios com as Universidades locais, o convênio cuja implantação aqui é solicitada, virá atender às populações dos municípios vizinhos a Jandaia do Sul, evitando o seu deslocamento a centros mais distantes e gerará ao Hospital Regional do Vale do Ivaí recursos que poderiam ser destinados ao atendimento social das pessoas menos favorecidas da Região.

Nestas condições julgamos que o presente requerimento, pela sua oportunidade irá merecer o apoioamento indispensável dos nobres Senhores Deputados.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura e ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, solicitando sejam arborizadas as faixas de domínio das rodovias federais e estaduais do País.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

## JUSTIFICATIVA:

O plantio de árvores ao longo das faixas de domínio das rodovias estaduais e federais virá por certo estimular o reflorestamento em nosso País, como também servirá para melhorar a desoladora paisagem de beira de estrada. Outrossim, servirá para evitar a erosão ao longo das rodovias, como também servirá para diminuir a poluição que é causa crescente em nosso Estado e em toda a Nação.

Aqui também reforçamos solicitação no mesmo sentido do Vereador Neuton Luiz Cerioli da Câmara de Cascavel que fez a mesma solicitação.

## Projeto de Resolução:

### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 44/83

#### RESOLVE:

Art. 1.º — O Art. 23 do Regimento Interno, fica acrescido no seguinte inciso e parágrafos:

- “Art. 23 — .....
- I — .....
- II — .....
- III — .....

IV — Cabe à Mesa promover, em caráter experimental, estágios de trabalho em seus serviços legislativos e administrativos, para universitários de todo o Estado.

§ 1.º — A inscrição será feita atendendo a regulamentação baixada pela Mesa;

§ 2.º — O número de estagiários e a duração do estágio reger-se-ão por Regulamento baixado pela Mesa;

§ 3.º — Os estagiários estarão sujeitos ao regimento disciplinar dos funcionários da Secretaria da Assembléia e obedecerão

as normas fixadas pela Mesa quanto aos locais e horários de trabalho;

§ 4.º — As despesas decorrentes do disposto neste inciso constarão do Orçamento;

§ 5.º — Ao término do estágio, cada estagiário apresentará um relatório escrito e receberá um certificado nos termos do Regulamento baixado pela Mesa.”

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

(a) TRAJANO BASTOS

## JUSTIFICATIVA:

1 — A presença de jovens universitários na Casa de Leis — em programas de estágio supervisionado — permitirá um sopro saudável de renovação e atualização no nível médio de conhecimentos disponíveis entre os profissionais que servem à nossa Casa de Leis, porque então tomarão conhecimento dos últimos avanços científicos nos importantes campos do Direito, da Administração, da Economia e das Ciências em Geral;

2 — Doutro lado, os jovens universitários, em contato com servidores amadurecidos na função de assessoramento técnico-legislativo, poderão receber a permeação da experiência temperada com senso prático de dezenas de profissionais de alto nível que a Assembléia ostenta;

3 — Ademais, a vivência experimental das atividades que constituem o processo legislativo levará os estudantes estagiários a recolherem um conhecimento direto da relevância da função legislativa dentro do contexto da democracia. A atuação do Parlamentar nas duas outras funções adicionais, de representação das correntes de opinião politicamente representativas e de fiscalização dos Atos do Poder Executivo, será também oferecida ao estágio em primeira mão, com toda sua inteireza;

4 — Estes elementos jursitificam amplamente a proposição que ora apresentamos.

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI N.º 47/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Compete ao Vice-Governador do Estado auxiliar o Governador, no desempenho de suas funções, sempre que por ele convocado.

Art. 2.º — O Vice-Governador poderá exercer funções em órgãos da administração direta ou indireta do Estado.

Parágrafo único — Pelo exercício das funções de que trata o “caput” deste artigo, o Vice-Governador não perceberá qualquer espécie de remuneração.

Art. 3.º — Ocorrendo necessidade de substituir ou suceder o Governador, o Vice-Governador afastar-se-á das funções previstas no Art. 2.º, temporária ou definitivamente, conforme o caso.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

Apoioamento: Tadeu Lúcio Machado, Ervin Bonkoski, Artagão Mattos Leão, Amélia Hruschka, Hermas Brandão, Edmar Luiz Costa e Caito Quintana.

## JUSTIFICATIVA:

O Projeto tem por escopo definir as atribuições do Vice-Governador do Estado, nos termos do Art. 44, § 1.º, da Constituição Estadual, que está a reclamar regulamentação.

Nos termos do citado preceito, o Vice-Governador, além de outras atribuições que lhe foram conferidas por lei, auxiliará o Governador, sempre que por ele convocado para missões especiais.

Norma equivalente encontra-se na Constituição Federal, assim interpretada por Pontes de Miranda:

"A Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, pôs termo à confusão que o texto de 1967 criara. Faz-se agora no Art. 77, § 2.º: "O Vice-Presidente, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por Lei Complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais".

Há duas classes de atribuições:

- a) a das atribuições que a Lei Complementar lhe confere;
- b) a daquelas que sejam missões especiais para que o convoque o Presidente da República.

Não se interprete que as últimas tenham de constar da enumeração das que lhe conferiu a Lei Complementar."

"Mutatis Mutandis", é essa a exegese devida ao texto correspondente da Carta Estadual.

Impõe-se, assim, a complementação do preceito constitucional, sob pena de permanecer destituído de atribuições específicas o cargo de Vice-Governador, do qual se deve esperar participação mais ativa na gestão dos interesses públicos, evitando a perpetuação da simples expectativa de eventuais substituições.

#### PROJETO DE LEI N.º 48/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar às Prefeituras Municipais, os veículos de propriedade do Estado que se encontram a disposição das mesmas por mais de cinco (05) anos, através de COMODATO firmado com a Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1983.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado do Paraná, através da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, cedeu em Comodato a diversas Prefeituras cento e noventa e sete (197) veículos, sendo noventa e oito (98) Micro-Ônibus Mercedes Benz e noventa e nove (99) Volkswagen Kombi Standart, para utilizarem esses veículos em apoio aos Departamentos de Ensino dos Municípios.

Em face ao uso constante por mais de cinco anos, na maioria das vezes transitando por estradas não pavimentadas, os veículos entregues às Prefeituras encontram-se em péssimo estado de conservação e sua reparação iria onerar em muito os cofres públicos. Acrescente-se ainda, que a referida frota não teria a mesma utilidade para o Estado, como tem para o município que está de posse dos mesmos. Por outro lado, torna-se mais fácil a sua recuperação por parte da Prefeitura.

Razão pela qual apresentamos o presente plano de lei, que por certo irá receber o apoio dos nobres Pares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registrada, com satisfação, a presença em plenário do Sr. Erasmo Garanhão e do Sr. Vereador Pedro Cortês, de Telêmaco Borba.

Concedo palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todos nós sabemos da profunda crise porque passa o setor agrícola paranaense. Todos sabemos da enorme descapitalização em que se encontra o agricultor paranaense, sofrendo com a atual política agropecuária imposto pelo Governo Federal. Agricultura paranaense, que graças ao esforço do homem do Paraná, não obstante as enormes dificuldades impostas, vem ainda respondendo significativamente para a produção deste País.

Para citar um exemplo, enquanto a cultura do algodão evoluiu em dez por cento em termos nacionais, teve aqui em nosso Estado uma evolução de vinte e sete por cento. Enquanto o trigo teve uma evolução a nível nacional em dezoito por cento, tivemos no Paraná uma evolução de doze por cento em relação a safra 81/82. Um Estado que responde com quarenta e três vírgula cinco por cento da produção brasileira de algodão, responde em relação a este imenso País com dez por cento da produção de café, quarenta e três por cento de centeio, vinte e nove por cento da produção de cevada, vinte e três por cento da produção de feijão, trinta e três por cento da soja, vinte e cinco por cento de milho e cinqüenta e seis vírgula cinco da produção de trigo.

Este Estado não poderia ficar calado diante da situação na qual se encontra o setor.

Muito bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Diante de um quadro de desalento, numa reunião que congregou a maioria das lideranças cooperativista do Paraná, com representantes de diversos setores da agropecuária, vingou uma importante ação que foi a criação de uma Comissão Permanente de Agricultura, com participação da FAEP, FETAEP, AEAPR, SMV, Comissão da Agricultura desta Casa e SEAG.

Em reunião posterior nesta Casa, esta comissão, reunida, deliberou por unanimidade ir a Brasília, em conjunto com as bancadas federais do PMDB e do PDS, com o fim específico de avistar-se com autoridades maiores do Governo Federal e, além de entregar uma série de sugestões consideradas urgentes, pleiteando recursos suficientes para comercialização da safra paranaense.

Organizados e despidos de qualquer posição pessoal, fomos todos, entidades civis e Comissão da Agricultura, esta última composta dos Deputados Orlando Pessuti e Sabino Campos, para reunião prévia com as bancadas federais.

Chegando lá, tivemos a surpresa de não contarmos na reunião com a Bancada Federal do PDS que, ao invés de ir, remeteu ofício ao Coordenador da Bancada do PMDB, Aroldo Moleta, que, entre outras, dizia que a nossa bancada entende ter cumprido sua parte no tocante ao apoio que poderia ter emprestado às causas da agricultura paranaense.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Esta atitude da Bancada Federal do PDS somente deve merecer nosso repúdio, pois além de não acrescentar nada, apenas denigre uma proposta de união.

Entendo que essa ação da Bancada Federal do PDS é pequena e dentro da pequenez de sua atitude deve permanecer. Faço porém o registro, para que a história registre a falta de brasilidade e paranismo da Bancada Federal do PDS do Paraná.

Momentos de mediocridade são muitas vezes ofuscados por outros de grande significação. Desta vez a premissa valeu. Se por um lado, tivemos uma atitude dessa natureza da Bancada Federal, por outro, às vésperas da audiência com o Ministro da Agricultura, para felicidade de todos os componentes da Comissão Permanente, tivemos junto com os integrantes da Comissão de Agricultura desta Casa, dois parlamentares do PDS, Augusto Carneiro e Edgard Pimentel, numa demonstração de independência e dignidade que faço questão de registrar. A atitude destes colegas do Paraná em muito ajudaram as soluções encontradas que foram: garantia do Ministro da Agricultura que o Paraná terá recursos suficientes para comercialização da safra e diminuição da taxa de exportação do algodão de 15% para 5%.

Concluindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendo que o Paraná, junto com a sociedade civil, deu uma grande demonstração de maturidade e de sentimento paranista, unindo-se para resolver nossos problemas mais emergentes.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa quer registrar a sua manifestação de alegria em ver retornar aos trabalhos desta Casa, o Deputado Tércio Albuquerque, que mesmo

mobilizado pelo gesso, aqui comparece engrandecendo a atividade desta Casa.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao contrário do nobre Deputado que me antecedeu na tribuna, eu não quero manifestar meu repúdio à Bancada do PMDB, mas fazer um apelo ao nobre Líder, Deputado Nilso Squarezzi, para a carta que eu vou ler: “ipsis litteris”, que eu recebi de um funcionário, de funcionários da Secretaria da Justiça. (Lê):

Envio-lhe em anexo cópias de duas portarias baixadas pela Secretaria da Justiça.

Solicito que consulte ou mande o Governo consultar se no Estatuto dos Funcionários Públicos, existe alguma cláusula que cite que o funcionário precise sair da repartição por motivo de fechar para almoço e se existe alguma outra cláusula que diga que o funcionário humilde não pode trazer uma marmita ou alguma coisa para comer no horário das ditas refeições.

Faço tal denúncia em virtude de o funcionário normalmente permanecer na repartição na hora do almoço ou trazer suas refeições, em virtude de já ser a classe mais mal paga neste Estado. Estão se arrastando até junho quando aguardam um aumentozinho de salário porque as outras coisas já subiram todas, inclusive aluguel.

E tais funcionários já por ganharem pouco, geralmente moram longe e para ir em casa, na hora do almoço, vão gastar mais 4 passagens por dia e num total de 6 passagens por dia, o funcionário acaba trabalhando só para pagar passagem. Agora com essas duas portarias, das duas: uma.

Ou o funcionário fica o dia inteiro sem comer, e fica zanzando pelos pátios das Secretarias como se estivessem num Hospital Psiquiátrico, ou se sujeita a pagar 500,00 por dia de refeição, no Restaurante, o que dá meio salário do que ele ganha por mês, ou traz uma marmita e come nas escadarias das repartições, como mendigos que realmente são, pois as melhores que o Governo deveria estar preocupado em realizar, não estão sendo nem cogitadas e sim ninharias com que estão se preocupando. O salário dos pequenos, da bendita reclassificação, que segundo o Governador seria a primeira medida, já que há um ano e meio os funcionários reclassificados ainda não receberam e pelo jeito nem vão receber, isso eles não pararam para pensar. O atual Governo só pensa em troca de biombos, de salas, de mandar gente embora, porque votou em outro partido e está pressionando o funcionário pequeno, pois a mordomia continua, só que para os grandes. Pois o funcionário tem que pagar se quiser comer almoço no restaurante, ou gastar 4 passagens a mais e ir em casa, mas os graúdos utilizam o carro (ou melhor os carros) para irem da Secretaria ao Palácio do Governo, ALMOÇAR DE GRAÇA - e o Palácio fica a apenas uma quadra do referido prédio das Secretarias. Então eles querem que o pequeno faça aquilo que eles que ganham mais deveriam fazer, que é pagar a comida deles, ou ir de condução para suas casas almoçar.

Em todas as cidades do Brasil sempre foi dado o direito, não só ao funcionário público, como das indústrias e comércio, a almoçar no seu local de serviço, principalmente nas cidades grandes onde os bairros são bastante longe. Por que essas medidas tão extremas aqui no Paraná e que não vai beneficiar ninguém? Os próprios funcionários que votaram no PMDB já estão arrependidos e se houvesse alguma eleição no momento certamente votariam contra.

Acontece que eles deveriam estar preocupados, não dos funcionários permanecerem nas repartições na hora do almoço, mas sim com os condenados pela justiça, que estão em liberdade, pedido de secretários anteriores, e que são de alta periculosidade, que têm acesso livre em todas as repartições pú-

blicas. Isto sim eles já deveriam estar dando um jeito, pois os crimes todos os dias aparecem nos jornais, os mais bárbaros possíveis, e os assassinos ficam soltos a pedido de autoridades e ninguém tem coragem para prendê-los. Há presidiários trabalhando até em gabinetes, porque eles querem dar uma chance de recuperação a gente que ainda nem cumpriu todas as penas, agora os pobres funcionários, que não são marginais, não infringiram a lei, são perseguidos e nem ao menos podem ficar nos seus locais de trabalho. Qual é o perigo que eles estão oferecendo? Será que o PMDB tem tanto medo assim? Eles têm que ter medo é das próximas eleições. Que virão podem estar certos. Eles próprios estão preparando suas camas, só protegendo presos, perseguindo quem trabalha e deixando de tomar medidas que o povo precisa com urgência. Não falo isto por mal. Mas depois de esperar 18 anos por uma reviravolta que trouxesse mais benefícios para nosso povo, quando deparamos com essas coisas, ficamos chocados.

Esperamos contar com seu apoio para alertar as referidas autoridades, por favor. Só podemos contar com vocês, que “AINDA PODEM ABRIR A BOCA”, porque nas repartições a gente tem medo até de espirrar.

Obrigado.

um funcionário oprimido”

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa registra a presença em plenário do Sr. Vereador Manoel Osório Taques, do PMDB de Ponta Grossa.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para registrar esta data, que é dedicada ao “DIA DO ENFERMEIRO”, para que não passasse despercebido nesta Casa pois nós na condição de médico, convivendo como sempre convivemos, com esta laboriosa classe de enfermeiros, desde os nossos idos de 1962 no interior do Estado e sempre tendo o apoio desses que, nos momentos mais difíceis, sempre souberam emprestar à nossa pessoa e emprestaram assim decisivamente ao Estado do Paraná, uma contribuição das mais valiosas, para formação de nossa gente, principalmente do interior.

Estamos enviando expediente para que esta Casa faça saber ao Sindicato das Enfermeiras de Casas e Hospitais de Curitiba, neste dia, para que todos os Deputados, que por um momento ou que por um instante em suas existências, tivessem tido assistência e a companhia dessas pessoas que se dedicam, quer nos momentos das operações, quer nos momentos pós-operatórios, durante o dia, ou à noite, sempre ao nosso lado e principalmente nos momentos mais difíceis que são os de doença.

Queremos aqui, nesta oportunidade, saudar os enfermeiros, lembrá-los na saudação que fazemos, tenho certeza que não só em meu nome, mas também pelos demais colegas médicos que nesta Casa têm prestado, como sempre prestaram, sua colaboração à população do nosso Estado. Para que nós fizéssemos das nossas palavras as atitudes de todos os companheiros, é que enviamos requerimento à Mesa, e queremos crer assim ter contribuído para que, ao menos, não fosse esquecida esta data. Pessoas como os enfermeiros, uma classe mal remunerada e mal reconhecida, uma classe que tem passado por momentos difíceis mas que haverá, com a compreensão das nossas autoridades, chegar ao seu devido lugar e ter o seu devido reconhecimento, em termos salariais que é a meta prioritária e primordial, a partir dos últimos anos que temos perseguido para a grandeza da assistência médica que haverá de estar, devido aos últimos movimentos da classe médica, reconhecida pelos nossos homens que dirigem os destinos, não apenas do Estado mas também da nossa Nação.

Meu muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande

Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Edmar Luiz Costa. Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério. Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel. Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno. Ausente.

No horário destinado às Lideranças, consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado. Tendo declinado, consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Com a palavra, por 8 minutos, o Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“A data de amanhã marca a passagem do aniversário da “Lei Áurea”. 95 anos, para ser mais preciso. 95 anos do fim da escravidão. Fim teórico, porque este é o País da teoria.

Passados quase 100 anos da abolição, ainda não conseguimos pô-la em prática. Quase um século da Lei Áurea e para tentar cumpri-la tivemos que criar outras leis, porque este é o País das leis.

E eu pergunto, Srs. Deputados: OS SENHORES CONHECEM ALGUM GENERAL NEGRO? PODERÃO CITAR UM JUIZ DAS SUPREMAS CORTES QUE SEJA UM CIDADÃO DE COR? CONHECEM ALGUM CARDEAL NEGRO?

No entanto, no Brasil não temos discriminação, não existe preconceito de cor. Temos até leis que disciplinam a questão. Pelo menos, isto é o que se ensina nos grupos escolares.

Afinal, se ao negro é dado o direito de alcançar qualquer posto, por que ele não chega lá?

Sera que neste País sem preconceito, o negro só alcança posição se for músico ou jogador de futebol? Será que neste País, onde não há discriminação, o negro só serve para ser o primeiro suspeito da polícia?

Se tudo isso não é verdade, não está muito longe de sê-lo.

Percorrendo as favelas notamos que de cada dez famílias, sete são negras; as estatísticas dizem que o Brasil tem hoje 40 milhões de subnutridos, isto é, um terço da população, e desses 40 milhões, os negros apresentam superioridade marcante, chegando a quase 70 por cento. Diz mais a estatística: mais de 9 por cento das crianças nascidas vivas morrem antes de completar 1 ano, e uma avaliação superficial nos mostra um elevado número de crianças negras.

Na competição dentro do mercado de trabalho, as pessoas de cor sofrem uma velada discriminação, que infelizmente não chega a ser alcançada pela lei. Ao negro se antecipa sempre o serviço mais vil, porque a ele não foi dada a oportunidade de se aprimorar, pois lhe foi negado o princípio da igualdade.

Entra-se, portanto, num círculo vicioso.

As condições econômicas das famílias negras, impedem que seus membros possam aspirar um degrau a mais na escada da vida, na escada social, ou na pirâmide, como queiram. E se não progredir jamais vai melhorar a condição econômica. E nenhuma perspectiva existirá enquanto houver a marginalização, o desamparo e a falta de assistência.

Como se vê, o preconceito e a discriminação não estão apenas no ato de impedir o acesso do adulto na espiral da sociedade. A discriminação começa muito antes e vem se agravando ao longo da vida do cidadão. Quando, por algum motivo qualquer, essa regra é quebrada, os obstáculos vencidos e o cidadão consegue ascensão notável, causa espanto, surpresa. É tido como uma exceção, quando deveria ser a regra. Portanto, a discriminação contra o negro começa na base, impedindo que ele cresça. Deve ser por isto que ainda se pode dizer, quase impunemente, que não temos discriminação. Fossem os negros bem amparados e assistidos desde a infância e tivessem eles as oportunidades intermediárias, estariam hoje batendo em portas nas quais jamais seriam admitidos. E se não percebemos que

essas portas estão fechadas é porque eles não estão lá para tentar o ingresso.

Vemos pois, como necessidade, a execução de um programa de base que efetivamente inclua a família negra como objetivo principal e não como complemento. Não apenas porque este é um dever social e governamental, mas também como uma das formas capazes de promover a integração, fazendo com que o negro tenha condições para competir em igualdade e seja aceito com naturalidade.

É evidente que o negro com fome, doente, sem escola e sem assistência, quase nada pode aspirar. Logo, ele já está sendo discriminado antes mesmo de nascer. É a isto que temos assistido.

Estamos, portanto, praticando a pior das discriminações, e contra ela, infelizmente não criaram nenhuma lei Afonso Arinos.

A culpa não é deste nem daquele Governo. É de todos. De todos os que tendo o poder de decisão deixaram a questão de lado.

Enquanto este quadro não for mudado, é lícito afirmar que este é um País que discrimina, é normal colocar em dúvida a eficácia das leis, é justo questionar a eficiência dos governantes, é correto duvidar da boa vontade.

A discriminação da incompetência atinge a todos por igual, mas fere mais a raça negra, que viu passar o tempo e somente mudar o jogo”.

Nós desta tribuna, queremos neste protesto e nesta análise, também manifestar a nossa solidariedade por esta raça, nossa irmã, que vive mesmo marginalizada, lutando por uma dignidade vivencial autêntica e que merece, por nós representantes do povo, um empenho para que as injustiças possam ser, o mais breve possível, eliminadas. Nós temos uma responsabilidade, nós temos uma obrigação e portanto devemos lutar, devemos estar ao lado dos oprimidos, dos necessitados, dos marginalizados e especialmente, estar ao lado da raça negra que amanhã, uma vez mais, vai comemorar o seu dia, o “Dia da Lei Áurea”.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência consulta à Liderança do PMDB, se fará uso do restante do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Fiori Luiz, por 12 minutos.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos em mãos uma resolução do Sr. Secretário da Segurança, Sr. Luiz Felipe Mussi, que resolve, entre outras coisas, o seguinte: (Lê).

“Dispensar todos os ocupantes de funções policiais de Inspetor de Quarteirão do Estado do Paraná; determinar o recolhimento ao Gabinete daquela Secretaria, de todas as portarias e outros atos de designação de Inspetores de Quarteirão; na Resolução n.º 308, proibir a designação de Inspetores de Quarteirão e de Suplentes de Delegado no Município de Curitiba, assim como de Agentes Cooperadores e Agentes Colaboradores, Agentes Reservados, Agentes Especiais ou de qualquer outra denominação eventualmente dada por autoridades policiais do Estado, para o exercício das funções policiais remuneradas; declarar nula, toda e qualquer credencial para o exercício das funções policiais constantes no item anterior”

Tais medidas acompanham outras determinações que visam reestruturar a Polícia do Paraná. O Secretário está efetuando levantamentos de toda a estrutura, num verdadeiro diagnóstico, para após, estabelecer prioridades.

Segurança Pública é o problema que mais aflige a população paranaense e o Secretário está empenhado em tranquilizar

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O Chefe da Nação voltou a usar uma rede de televisão, em horário nobre, para fazer propaganda do seu partido, o PDS e intimidar governadores eleitos democraticamente pelo voto popular. Dentro daquele personalismo que caracteriza todos aqueles que nunca foram batizados pelas urnas, Sua Excelência demonstrou novamente a linha autoritária e prepotente ao dirigir ameaças aos governadores do PMDB. Usando frases como "eu já disse que não admito esse tipo de perseguição"; "não vou citar nomes aqui, mas eu não vou esquecer"; etc.

O Chefe da Nação precisa entender que a Oposição foi a grande vitoriosa nas últimas eleições e que os governadores atuais não se prestam a curvar a espinha, característica marcante dos homens da ex-Arena, hoje PDS, que formam na longa fila das "vaquinhas de presépio", tão a gosto dos poderosos do Planalto. O que o Chefe da Nação precisa entender é que PMDB e PDT não negociam o voto do povo, como fez Ivette Vargas, que finalmente arrancou a máscara e mostrou a verdadeira face.

Antes de usar horário nobre em rede nacional, para intimidar governadores eleitos pela Oposição, o Chefe da Nação deveria, isto sim, se preocupar com a dramática crise que envolve este País, antes que uma explosão social líquide com o processo de democratização brasileira.

Na fala pela televisão, o Chefe da Nação disse que "dispositivo constitucional manda valorizar o trabalho humano". Também entendemos assim. E quando é que esse dispositivo foi acionado? Ou será que o Chefe da Nação não sabe que 83 por cento das crianças brasileiras sofrem desnutrição crônica, isto é, passam fome, reflexo dos 71 por cento de brasileiros que recebem, no máximo, dois salários mínimos. Será que os homens do Planalto desconhecem que existem 16 milhões de crianças abandonadas; que existem 25 milhões de menores carentes; que 32 milhões de irmãos brasileiros vivem em situação de pobreza absoluta? Que a soma dos salários de 5 por cento das pessoas mais ricas do Brasil é igual à soma dos salários de 80 por cento dos brasileiros mais pobres? Que de mil crianças que nascem, 250 morrem antes de completar um ano de vida? Que nos últimos 5 anos morreram aproximadamente 1 milhão e meio de crianças por doenças que poderiam ser evitadas, como sarampo, diarreia, tétano, etc? Que existem no Brasil 10 milhões de crianças que trabalham para viver?

Gostaríamos imensamente que o Chefe da Nação usasse a televisão, em horário nobre, para comentar sobre as causas e efeitos desse quadro negro, dramático, desgraçadamente ignorado por aqueles que deveriam buscar soluções.

E que tal se o Chefe da Nação usasse a TV, em horário nobre, não para dirigir ameaças aos governadores da Oposição, mas sim para falar na moratória da dívida externa, na falência generalizada das médias e pequenas empresas nacionais; ou para exigir a exoneração do trio-maldito, Delfim-Galvêas-Langoni? Ou quem sabe ainda, dizer aos milhões de brasileiros, via satélite, em cores, que os responsáveis pelos escândalos financeiros foram presos? Ou quem sabe, admitir publicamente que esta grande Nação não está de cócoras, órfã, diante do dragão que se chama FMI, que dita as normas políticas, econômicas e sociais, com aval daqueles que falavam em salvar o País após o golpe de 1964.

Convenhamos, o Chefe da Nação teria temas apaixonantes para comentar em rede nacional, via satélite, em cores, em horário nobre, para todo Brasil. Mas não, Sua Excelência, com cara de poucos amigos, destina todo o recalque em cima dos governadores da Oposição que assumiram há menos de dois meses, usando tom ditatorial, individualista, como se todos nós estivéssemos morando neste País de favor.

Num dos últimos tópicos do programa de ontem, via satélite, em rede nacional, a cores, em horário nobre, para todo Brasil, o Chefe da Nação afirmou categoricamente: "espero, sinceramente, que eles parem com isso". Isto é, que os governadores da Oposição parem de despedir quem não trabalha, ou cometeu atos lesivos ao erário público.

Ora, dentro da estreita abertura que o povo conquistou, poderíamos responder: nós é que pedimos ao Chefe da Nação que pare com isso. Essas posições revanchistas não ficam bem, principalmente quando partem de pessoas investidas de tamanha responsabilidade, muito embora, sem conhecer o sabor do voto direto e popular. Até preferimos que o Governo Federal continue na sua velha e surrada tática de desviar a atenção dos assuntos mais sérios; que continue falando da detenção dos aviões líbios; da sucessão presidencial; do voto distrital; assuntos supérfluos para quem vive dias dramáticos e sem perspectiva, como vivem os mais de 122 milhões de brasileiros".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe resta. Com a palavra, o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Primeiramente, Sr. Presidente, para dizer ao nobre Deputado Erondy Silvério que a carta do funcionário anônimo, já que não se identificou e as portarias inclusas, serão objeto de apuração por parte desta liderança.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte?

Eu agradeço o pronto atendimento que Vossa Excelência dá a uma carta que eu recebo na qualidade de Deputado. Agora, é mais do que justificável o funcionário não assinar a carta. Emprego já está difícil, se ele assinar a carta ou entregar para Vossa Excelência ele estará na rua amanhã.

É tão evidente, que veja Vossa Excelência, uma das portarias eu até cortei pela metade, porque tinha a caligrafia do funcionário. As portarias estão aí, o que demonstra a violência cometida contra funcionários públicos, que não têm outra condição se não levar a sua marmita para a repartição. Porque com os salários que percebe, que não é culpa do Governador, ele não pode se dar ao luxo de ir em casa gastar em ônibus para fazer suas refeições. Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI — Nobre Deputado, eu me proponho mais do que a denúncia, eu me proponho a verificar, realmente, se o custo de uma refeição custa 500 cruzeiros no restaurante lá do Castelo Branco.

O Sr. Erondy Silvério — Eu não reclamei quanto ao custo da refeição, porque 500 cruzeiros até é barato por uma refeição.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para o funcionário público é muito caro.

O Sr. Erondy Silvério — Eu estou reclamando quanto à proibição do funcionário almoçar na repartição levando a sua marmita.

O SR. NILSO SGUAREZI — Nós levaremos em consideração a denúncia, embora a carta faça aqui alguns juízos de valor, oportunamente nós traremos uma versão oficial das denúncias ali contidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A ditadura paraguaia, que ocupa o poder há 29 anos, contra a vontade da maioria do seu povo, está aumentando sua perseguição à imprensa daquele País. Acaba de incluir, no rol dos perseguidos, um jornalista brasileiro, o chefe da Sucursal

de "O ESTADO DE SÃO PAULO", em Curitiba, Dirceu Martins Pio.

No dia de ontem, em mais de uma das ações contra o jornal "ABC COLOR", o mais importante veículo de comunicação social de Assunção, a polícia do ditador Alfredo Stroessner deteve e interrogou o profissional de imprensa brasileiro, numa clara intimidação à divulgação dos fatos que ocorrem no sofrido País vizinho.

As pressões da ditadura de Stroessner contra os jornais e jornalistas paraguaios, vêm ocorrendo num crescendo, depois que os órgãos paraguaios de divulgação passaram a ensaiar uma tímida liberdade de informar. O que estariam esses jornais informando de tão perigoso para a minoria que temia em dominar a vontade do povo paraguaio?

Apenas registrando o inconformismo dos setores mais esclarecidos do País contra as negociatas, que são correntes naquela região.

Noticiando de uma forma branda, com aproveitamento de pequenas frestas, dentro de um limite de cautela e auto-censura extremamente comportados.

Nem por isso a polícia política do ditador guarani deixou de pressionar os jornais. Da perseguição velada passou-se ao boicote econômico. Do boicote passou-se ao cerco policial cru e declarado.

Nos últimos dias a circulação do jornal "ABC COLOR" passou a ser impedida, com as viaturas da polícia cercando o prédio no momento em que saíam os carros de distribuição das edições, golpeando o jornal no seu processo de ligação com os leitores.

A imprensa brasileira - nesta aurora de democracia que conquistamos juntos, a sociedade e a imprensa - cuidou de documentar a pressão sofrida pelos jornalistas paraguaios. Enviou seus repórteres a Assunção. E qual não foi a surpresa quando os esbirros do ditador da terra guarani se voltaram também contra os repórteres brasileiros.

Ontem foi detido e levado a interrogatório na Polícia de estrangeiros, o jornalista Dirceu Martins Pio, enviado especial do jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO". Pio tem sua base em Curitiba, onde é chefe da sucursal do grande matutino paulista.

O que de contrangimento houve, nesse interrogatório, não sabemos. O que protestamos é contra a prisão ilegal de um profissional de imprensa brasileira, que está no cumprimento do dever de informar a opinião pública de seu país e sofre sanções de uma ditadura estrangeira.

Queremos lavar aqui, nosso mais vigoroso protesto contra essa detenção arbitrária e ilegal de um jornalista do Brasil; por parte de uma ditadura que nosso governo tolera e estimula.

Queremos insistir na necessidade de que o governo brasileiro - que adotou um peso e uma medida no caso dos aviões, da Líbia, também não esqueça neste caso que um cidadão seu foi ilegalmente detido por uma potência estrangeira, tendo violada sua soberania, quando estava no legítimo direito e uso da sua profissão.

Que o Ministério das Relações Exteriores e o Governo Federal reconheçam que o seu envolvimento com a ditadura paraguaia é ofensivo, aos princípios da moral e do respeito aos povos da América Latina, que lutam pela liberdade e pela verdadeira democracia.

Esperamos que da luta dos patriotas paraguaios e dos jornais livres e destemidos como o "ABC COLOR", possa brotar em breve, das cinzas de uma ditadura envelhecida e repulsiva, a aurora da liberdade nas planícies vastas da gloriosa Nação Guarani".

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Realmente, a ditadura Stroessner nós conhecemos de perto, quando constituímos aqui uma Comis-

são, em 1979 ou 1980 e fomos visitar o companheiro de oposição Domingo Laino que estava preso. Visitamos na oportunidade o Embaixador Brasileiro e o Embaixador Norteamericano Robert White que era persona não grata no Paraguai, indo posteriormente para El Salvador.

Agora o triste, nobre Deputado, é que essas ditaduras latino-americanas se defendem mutuamente, elas se fortalecem. A construção da Usina de Itaipu é um exemplo do fortalecimento das ditaduras brasileira e paraguaia.

Porque o comentário, e eu não estou afirmando, deixo no condicional é que o café que era roubado no Paraná e exportados, teria o aval dos dois governos para que o Paraguai pudesse equilibrar a sua balança comercial, para assumir os compromissos de Itaipu. Esse café nem ia para o Paraguai. Com as guias carimbadas ia para o Porto de Paranaguá, num acerto, dizem, dos dois governos. O Paraguai exportou naquela época, sete vezes e meio mais que a sua safra, a ponto de um pé de café render sete sacas limpas. O mesmo está ocorrendo com o soja agora. O soja também para que o Paraguai continue equilibrando sua balança comercial, é roubado aqui e exportado como se tivesse ido para o Paraguai, mas não vai para lá.

Nós conhecemos os caminhos da ditadura latinoamericana, nobre Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Concluindo, devo dizer, de que os que clamam pela liberdade de imprensa não se devem restringir a um determinado território. Esta é uma liberdade universal, é uma conquista do homem. Conclamo a todos aqueles, que nos mínimos arranhões à liberdade de imprensa, se postam como os grandes defensores da liberdade de expressão, muito embora, às vezes, quando eles são proprietários de determinadas emissoras e um seu adversário político vai usar esta rede de emissoras, tem o programa suspenso no ar. Conclamo a estes defensores da "liberdade de imprensa" que se unam a nós e que também protestem, porque a "liberdade de imprensa" não tem fronteiras. Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 26 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 36/83 subscrito pelo Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando 30 dias de licença para tratamento de saúde.— Inclua-se na Ordem do Dia de 13/05/83.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, devidamente apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanuso, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 01/83, de autoria do DEPUTADO AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA MARECHAL DEODORO Nº 47", com sede e foro na cidade de Engenheiro Beltrão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.— (Publicado no D.A. nº ).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 01/83

PARECER



De autoria do nobre Deputado Augusto Carneiro, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA MARECHAL DEODORO N.º 47", com sede e foro na Cidade de Engenheiro Beltrão.

Analisando-se o projeto através da justificativa e documentação inserida pelo autor, temos que a matéria se encontra em condições de merecer a aprovação desta Casa, visto que a entidade que se pretende que seja declarada de utilidade pública preenche os requisitos essenciais previstos na Lei 6994 de 10 de janeiro de 1978, reguladora no Estado, do instituto da utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, já que inexistem óbices, quer legais, quer constitucionais, que impeçam a sua normal tramitação por esta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;  
GILBERTO CARVALHO — Relator.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando seja oficiado expedientes aos Srs. Ministros da Agricultura e dos Transportes, no sentido de que sejam arborizadas as faixas de domínio das rodovias federais e estaduais do País.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sindicato das Enfermeiras de Casas Hospitalares de Curitiba, pelo transcurso do Dia da Enfermeira.— Aprovado Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do 1.º aniversário da lei de emancipação polí-

tica do Município de Turvo. Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gíblerto Carvalho, constante do expediente, solicitando envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam determinadas providências visando a construção de uma estrada vicinal entre Lunardelli e o Distrito de Godoy Moreira, estrada inter-municipal.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando envio de apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de estabelecer convênio entre a Secretaria de Estado da Segurança, através do Detran e o Hospital Regional do Vale do Ivaí, com sede em Jandaia do Sul, para a realização dos exames psicotécnicos.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em apelo no sentido de serem tomadas providências para a construção do acesso à cidade de São João do Ivaí, ligando a estrada para Lunardelli; construção do terminal rodoviário de São João do Ivaí e a construção de acesso à Cidade de Marumbi, ligando a estrada de Kaloré.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, sexta-feira, dia 13, às dez horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — do requerimento do Excelentíssimo Sr. Deputado Wilson Fortes, que solicita 30 dias de licença para tratamento de saúde.

Levanta-se a sessão.